



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados ao atendimento dos animais acolhidos no abrigo temporário de cães e gatos do município de Borrazópolis/PR**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01 - (Participação de ampla concorrência)

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados ao atendimento dos animais acolhidos no abrigo temporário de cães e gatos do município de Borrazópolis/PR

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Realização de consultas médico-veterinárias para avaliação clínica, diagnóstico, acompanhamento e definição de condutas terapêuticas dos animais atendidos.	Unid.	100	R\$ 144,51	R\$ 14.451,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

02	Execução de procedimentos cirúrgicos de ovariectomia (OVH) em cadelas e gatas, pertencentes a animais em situação de rua ou sob responsabilidade do Abrigo Temporário do Município, com finalidade de controle populacional.	Unid.	100	R\$ 401,36	R\$ 40.136,00
03	Realização de exames laboratoriais de sangue, incluindo hemograma completo e análises de atividade hepática e renal, para fins de diagnóstico, com resultado do exame impresso e assinado por médico veterinário responsável pela realização do exame, monitoramento clínico e acompanhamento terapêutico dos animais atendidos.	Unid.	100	R\$ 190,90	R\$ 19.090,00
04	Realização de internações em clínica com atendimento 24 horas, com acompanhamento, em tempo integral, de médico veterinário registrado no CRMV, tratamento e recuperação dos animais, conforme indicação técnica e necessidade constatada.	Unid.	300	R\$ 194,06	R\$ 58.218,00
05	Realização de procedimentos cirúrgicos de cesariana em cadelas (histerotomia) e gatas em situação de rua, quando clinicamente indicado, visando à preservação da saúde e da vida dos animais.	Unid.	50	R\$ 587,10	R\$ 29.355,00
06	Realização de procedimentos de eutanásia, quando estritamente necessários, em conformidade com a legislação vigente, normas dos órgãos competentes e protocolos de bem-estar animal.	Unid.	15	R\$ 328,76	R\$ 4.931,40
07	Realização de procedimentos de reparo de deiscência de sutura cirúrgica e tratamento de outras intercorrências e complicações no período pós-operatório decorrentes das castrações realizadas pelo Castramóvel.	Unid.	60	R\$ 465,31	R\$ 27.918,60
08	Realização de procedimentos para remoção de espinhos de ouriço, com avaliação clínica, contenção adequada, higienização da área afetada e acompanhamento veterinário, conforme indicação técnica.	Unid.	30	R\$ 344,38	R\$ 10.331,40
09	Realização de tratamento clínico-veterinário para miíase, incluindo remoção de larvas, higienização da lesão, administração de medicamentos e	Unid.	30	R\$ 346,67	R\$ 10.400,10



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	acompanhamento da evolução clínica, conforme indicação técnica.				
10	Serviço veterinário tratamento de intoxicação.	Unid.	15	R\$ 446,06	R\$ 6.690,90
11	Serviço veterinário – procedimento cirúrgico de canino e felino macho, por orquiectomia, incluindo pré e pós operatório.	Unid.	20	R\$ 327,37	R\$ 6.547,40
12	Serviço veterinário de Quimioterapia.	Unid.	20	R\$ 554,85	R\$ 11.097,00
13	Atendimento clínico e realização de procedimentos veterinários para o tratamento de Piometra, incluindo avaliação diagnóstica, intervenção cirúrgica quando indicada e acompanhamento pós-operatório.	Unid.	15	R\$ 1.315,17	R\$ 19.727,55
Total					R\$ 258.894,35

2.2. Valor máximo total da contratação **R\$ 258.894,35 (duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos).**

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.1. A descrição detalhada da solução encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), integrante deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto

4.2. O ciclo de vida do objeto, no contexto da contratação dos serviços veterinários destinados aos animais acolhidos no abrigo temporário de cães e gatos do Município de Borrazópolis/PR, abrange todas as etapas desde o planejamento da contratação até a execução, acompanhamento e encerramento contratual.

4.3. Essa abordagem permite avaliar a solução de maneira integrada, considerando a necessidade pública, a forma de contratação, a execução dos atendimentos, o monitoramento dos resultados e a adequada destinação de eventuais resíduos gerados, assegurando eficiência administrativa e observância das normas técnicas, sanitárias e legais aplicáveis.

4.4. A abordagem do ciclo de vida assegura que os serviços sejam prestados de forma contínua, organizada e sustentável, com acompanhamento sistemático das demandas, controle da qualidade dos atendimentos e adequada gestão dos recursos públicos. Tal análise contribui para a tomada de decisões mais eficientes, para o aprimoramento da execução contratual e para a garantia de que a solução adotada atenda plenamente às necessidades do abrigo municipal e às políticas públicas de proteção e bem-estar animal.

4.5. O ciclo de vida do objeto inicia-se com a fase de planejamento da contratação, na qual são identificadas as demandas do abrigo temporário de cães e gatos do Município, estimado o quantitativo de atendimentos e procedimentos necessários e definidos os requisitos técnicos para a adequada prestação dos serviços veterinários.

4.6. Nessa etapa, são elaborados os estudos técnicos, o termo de referência e os demais documentos que fundamentam a contratação, observando-se as normas legais, sanitárias e administrativas aplicáveis, bem como os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

4.7. Em seguida, ocorre a fase de seleção da empresa especializada, por meio do procedimento licitatório adequado, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa e a contratação de profissionais habilitados e capacitados para a execução dos serviços.

4.8. Após a formalização do contrato, inicia-se a etapa de execução, que compreende a realização dos atendimentos clínicos, cirúrgicos, preventivos e emergenciais, bem como o acompanhamento contínuo dos animais acolhidos, com registro das intervenções realizadas, controle sanitário e monitoramento das condições de saúde e bem-estar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.9. Durante a execução contratual, será realizado o acompanhamento e a fiscalização dos serviços pela Administração, visando assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade técnica dos atendimentos e a correta aplicação dos recursos públicos. Também serão observados os procedimentos adequados de biossegurança e destinação de resíduos provenientes das atividades veterinárias, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente.

4.10. Por fim, o ciclo de vida do objeto contempla a avaliação dos resultados obtidos, a verificação do atendimento das metas e necessidades do abrigo municipal e, quando necessário, a adoção de medidas de aprimoramento ou nova contratação para garantir a continuidade dos serviços. Essa abordagem permite assegurar que a solução adotada permaneça adequada às demandas existentes, contribuindo para a eficiência da gestão pública e para a promoção da saúde e do bem-estar dos animais sob responsabilidade do Município.

Da garantia de qualidade do objeto

4.11. A garantia de qualidade na execução contratual constitui elemento essencial para assegurar que os serviços veterinários a serem prestados atendam aos padrões técnicos, éticos e legais exigidos. Considerando que o objeto da contratação envolve a atuação direta no atendimento aos animais acolhidos no abrigo temporário municipal, torna-se imprescindível estabelecer mecanismos que assegurem a qualidade, a regularidade e a segurança dos serviços veterinários prestados, preservando a saúde e o bem-estar dos animais, bem como a segurança sanitária e o interesse público.

4.12. A adoção de critérios técnicos rigorosos, fiscalização contínua e acompanhamento dos atendimentos é fundamental para garantir a execução adequada dos serviços, a conformidade com as normas sanitárias e de proteção animal e a credibilidade da gestão pública municipal na condução das políticas de cuidado e bem-estar animal.

4.13. Para assegurar a qualidade dos serviços a serem prestados, a contratação estabelecerá exigência de que a empresa contratada possua qualificação técnica comprovada, profissionais legalmente habilitados e experiência na prestação de serviços veterinários compatíveis com as demandas do abrigo temporário municipal.

4.14. Os atendimentos deverão observar padrões técnicos, sanitários e éticos estabelecidos pelos órgãos de classe e pela legislação vigente, garantindo a adequada execução de consultas, procedimentos, exames, tratamentos e intervenções necessárias à saúde e ao bem-estar dos animais acolhidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.15. Qualificação Técnica dos Profissionais: todos os profissionais designados pela empresa contratada para a prestação dos serviços veterinários deverão comprovar habilitação legal para o exercício de suas funções, mediante apresentação de registro ativo e regular no respectivo Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), bem como demonstrar experiência compatível com as atividades clínicas, cirúrgicas, preventivas e assistenciais a serem executadas no âmbito do abrigo temporário municipal.

4.16. Cumprimento de Protocolos e Normas Sanitárias: os serviços veterinários deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes, em especial pelo Conselho Federal e Regional de Medicina Veterinária, bem como pelas legislações sanitárias e de biossegurança aplicáveis. A contratada deverá observar os protocolos clínicos e procedimentos adequados à medicina veterinária, garantindo a segurança dos profissionais envolvidos, o bem-estar dos animais atendidos e a correta execução das ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e controle sanitário no âmbito do abrigo temporário municipal.

4.17. Supervisão e Monitoramento Contínuo: será realizada supervisão técnica pela unidade administrativa responsável, com acompanhamento das atividades desenvolvidas, avaliação periódica da qualidade dos serviços veterinários prestados, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e controle da assiduidade e pontualidade dos profissionais designados, a fim de assegurar a adequada execução dos atendimentos no abrigo temporário municipal.

4.18. Relatórios e Registros Periódicos: a empresa deverá apresentar relatórios mensais de produção e frequência, permitindo o acompanhamento e a análise da efetividade dos serviços veterinários prestados, bem como a adoção de medidas corretivas quando necessário.

4.19. Dessa forma, com a adoção dos mecanismos de controle, supervisão e avaliação previamente estabelecidos, será possível assegurar que os serviços veterinários sejam executados de forma contínua, eficiente e com elevado padrão de qualidade, garantindo o adequado atendimento aos animais acolhidos no abrigo temporário municipal, a observância das normas sanitárias e de bem-estar animal e a efetiva consecução do interesse público.

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.20. Os serviços não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.21. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)



5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. É vedada a subcontratação do objeto.

Do Parcelamento

5.4. O objeto será licitado de forma Global, haja vista, a necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que a pluralidade de fornecedores para os mesmos serviços certamente implicaria na descontinuidade da padronização, acarretando em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Soma-se a isso, a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos fornecimentos, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores.

Do orçamento Sigiloso

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Da exigência de amostra



5.6. Não há necessidade de apresentação de amostra.

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

5.8. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.9. Na execução do objeto devem ser observados pela CONTRATADA os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

5.10. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.11. O tratamento desses dados pelo setor público prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art. 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e a sua utilização ficará limitada às atividades decorrentes da execução contratual na forma deste instrumento, bem como de obrigações legais, sob pena de incidência das sanções legais e das previstas neste instrumento, além da responsabilização administrativa, civil e criminal, observado o devido processo que assegure a ampla defesa e o contraditório.

5.12. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.13. A CONTRATADA obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma dessas legislações.

5.14. Os colaboradores devem assinar termo de compromisso de confidencialidade e manutenção de sigilo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.15. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.16. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, prestando, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.17. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Especificações gerais:

6.1. A execução dos serviços deverá ser realizada por médico-veterinário legalmente habilitado, com formação superior em Medicina Veterinária e registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), em conformidade com as exigências legais e normativas pertinentes.

6.2. O profissional deverá possuir conhecimento técnico e prático das normas sanitárias aplicáveis à inspeção de produtos de origem animal, especialmente aquelas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, pelo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, bem como pela legislação estadual e municipal pertinente.

6.3. A CONTRATADA deverá prestar atendimento a todos os animais acolhidos no abrigo temporário municipal, assegurando o fiel cumprimento do objeto contratual por meio da execução de serviços médico-veterinários de natureza clínica, cirúrgica, preventiva e emergencial, em conformidade com as disposições do Termo de Referência e com a proposta apresentada.

6.4. A execução dos serviços veterinários deverá ocorrer sob demanda, mediante avaliação clínica inicial dos animais acolhidos no abrigo temporário municipal, com registro das condições de saúde, diagnóstico e definição do tratamento adequado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.5. O profissional deverá comparecer aos atendimentos devidamente uniformizado e identificado, portando crachá ou outro meio de identificação visível que permita sua correta identificação pela Administração.

6.6. A CONTRATADA deverá assegurar o atendimento aos animais com zelo, dignidade e respeito, garantindo tratamento adequado e observância às normas de proteção e bem-estar animal, mantendo elevado padrão de qualidade na execução dos serviços, em conformidade com os princípios da ética profissional e com a legislação vigente aplicável.

6.7. Observar e fazer cumprir todas as normas legais, técnicas e sanitárias relativas às atividades veterinárias desenvolvidas, respondendo integralmente por quaisquer danos ou prejuízos ocasionados aos animais atendidos e à Administração em decorrência da inobservância dessas obrigações, sem prejuízo das demais responsabilidades contratuais e legais cabíveis.

6.8. É de total responsabilidade da CONTRATADA a técnica veterinária aplicada por seus profissionais na realização de diagnósticos, procedimentos e tratamentos dos animais atendidos, devendo observar as normas éticas e técnicas da medicina veterinária, bem como garantir a adequada assistência clínica e cirúrgica aos animais sob responsabilidade do Município.

6.9. Os exames laboratoriais, tais como hemograma, bem como demais exames complementares, deverão ser realizados sempre que solicitados por médico-veterinário após avaliação clínica do animal. Os exames deverão ser executados por profissional devidamente habilitado, devendo seus resultados ser encaminhados à CONTRATANTE com antecedência mínima de até 4 (quatro) horas da realização do procedimento cirúrgico, mediante apresentação de laudo técnico devidamente assinado pelo médico-veterinário responsável.

6.10. Competirá à CONTRATADA o fornecimento integral dos materiais de enfermagem e cirúrgicos necessários à execução dos serviços, bem como de todos os medicamentos indispensáveis ao período pré, trans e pós-operatório, incluindo, entre outros, antibióticos, analgésicos e anti-inflamatórios.

6.11. A contratada deverá manter registros atualizados de todos os atendimentos realizados, incluindo avaliações, procedimentos, medicações, exames e encaminhamentos, possibilitando o acompanhamento e a fiscalização pela Administração.

6.12. Executar os serviços em estrita sintonia com a unidade administrativa responsável pelo abrigo temporário municipal e/ou com o fiscal de contrato, acatando orientações, normas e recomendações que contribuam para o aprimoramento da execução contratual, para a melhoria da qualidade dos atendimentos veterinários e para o adequado acompanhamento dos animais sob responsabilidade do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.13. Propor a implantação e/ou atualização de protocolos clínicos, rotinas de atendimento e procedimentos veterinários, com base na literatura técnica vigente e na medicina veterinária baseada em evidências, mediante prévia análise e aprovação da unidade administrativa responsável pelo abrigo temporário municipal, sempre que julgar necessário para aprimorar a qualidade dos atendimentos e o bem-estar dos animais sob responsabilidade do Município.

6.14. A CONTRATADA deverá assegurar prontidão para atendimentos emergenciais, observando prazos compatíveis com o grau de urgência de cada caso e garantindo a execução dos serviços em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e de bem-estar animal aplicáveis.

6.15. Deverá, ainda, disponibilizar atendimento médico-veterinário de urgência e emergência em regime de plantão ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), por profissionais devidamente habilitados e com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), em quantitativo e especialidades compatíveis com as demandas do abrigo temporário municipal, assegurando intervenções imediatas e a continuidade da assistência aos animais sob responsabilidade da CONTRATANTE.

6.16. A CONTRATADA será integral e exclusivamente responsável por todos os custos necessários ao fiel e perfeito cumprimento do objeto contratual, incluindo tributos diretos e indiretos, encargos trabalhistas e previdenciários, taxas, despesas com transporte, alimentação, seguros, manutenção e garantia dos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como quaisquer outros ônus incidentes ou que venham a incidir sobre a execução dos serviços, inclusive Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), quando aplicáveis, devendo observar rigorosamente todas as especificações e condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

Da retirada e devolução dos animais e do transporte:

6.17. A CONTRATADA deverá prestar os serviços objeto da presente contratação em estabelecimento próprio, devidamente estruturado e compatível com a natureza das atividades a serem desenvolvidas, observando integralmente as exigências legais, sanitárias e normativas aplicáveis à medicina veterinária.

6.18. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a retirada dos animais junto ao abrigo municipal de cães e gatos do Município de Borrazópolis/PR, bem como a sua posterior devolução ao referido local, após a realização dos procedimentos necessários, arcando integralmente com todos os custos diretos e indiretos decorrentes do deslocamento.

6.19. O transporte deverá ser realizado em condições adequadas de segurança, higiene e bem-estar animal, observando-se as normas técnicas aplicáveis, mediante a utilização de veículos apropriados e devidamente higienizados, equipados com dispositivos de contenção compatíveis com a espécie e o porte dos animais, de forma a evitar riscos de fuga, lesões ou estresse excessivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.20. O transporte dos animais deverá ser realizado pela CONTRATADA em estrita observância às normas técnicas, sanitárias e de bem-estar animal vigentes, garantindo condições adequadas de segurança, conforto e integridade física durante todo o deslocamento entre o abrigo municipal e a clínica ou hospital veterinário.

6.21. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade física dos animais durante o transporte, incluindo o manejo adequado, a separação por espécie ou condição clínica, quando necessário, e a observância de protocolos de biossegurança.

6.22. Os veículos utilizados deverão ser apropriados para o transporte de animais, em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento, devendo possuir compartimentos específicos, ventilação adequada, proteção contra intempéries e dispositivos que impeçam fugas, quedas ou lesões. É obrigatória a higienização dos compartimentos antes e após cada transporte, com utilização de produtos adequados à desinfecção.

6.23. Os animais deverão ser transportados em caixas de contenção, gaiolas ou dispositivos compatíveis com a espécie, porte e condição clínica, assegurando-se espaço suficiente para acomodação, ventilação e movimentação mínima, sendo vedado o transporte em condições de superlotação ou inadequadas.

6.24. Deverá ser respeitada a segregação dos animais conforme critérios técnicos, especialmente nos casos de doenças infectocontagiosas, agressividade ou condições clínicas que exijam isolamento, evitando-se risco de contaminação cruzada ou acidentes.

6.25. A CONTRATADA deverá assegurar que o manejo dos animais durante o embarque, transporte e desembarque seja realizado por profissionais capacitados, com técnicas adequadas de contenção e minimização de estresse, sendo vedada qualquer prática que configure maus-tratos, nos termos da legislação vigente.

6.26. Nos casos em que o animal apresentar quadro clínico que demande cuidados especiais, o transporte deverá ser acompanhado por profissional habilitado, com a disponibilização de equipamentos e insumos necessários para eventual estabilização ou intervenção emergencial.

6.27. O tempo de transporte deverá ser compatível com a distância percorrida, evitando-se atrasos ou exposições desnecessárias, devendo a CONTRATADA adotar planejamento logístico eficiente para garantir a celeridade e a segurança do deslocamento.

6.28. A CONTRATADA será integralmente responsável por quaisquer intercorrências, danos, lesões ou óbitos ocorridos durante o transporte, salvo nos casos devidamente comprovados de força maior, devendo adotar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias.

Da execução dos serviços:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 6.29. Inicialmente será realizada a avaliação física dos animais pelo veterinário da empresa contratada, para verificar a necessidade da realização de exames complementares.
- 6.30. Antes da realização do procedimento cirúrgico contratada deve solicitar ao responsável pelo animal o preenchimento e assinatura dos termos de autorização de anestesia e cirurgia para posterior realização dos procedimentos.
- 6.31. Os procedimentos cirúrgicos deverão ser realizados nas dependências de clínica ou hospital veterinário devidamente contratado e regular perante os órgãos competentes, em centro cirúrgico adequado e em conformidade com as normas da vigilância sanitária e do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV). As intervenções deverão ser executadas por médico-veterinário devidamente habilitado, observando-se os parâmetros de assepsia, segurança e esterilidade, bem como os preceitos técnicos e éticos aplicáveis.
- 6.32. O procedimento de esterilização será realizado em cães de ambos os sexos de pequeno, médio e grande porte;
- 6.33. Os procedimentos transoperatórios a cargo da CONTRATADA compreenderão a realização de anestesia geral e da cirurgia de esterilização, devendo ser adotadas as técnicas de ovariossalpingo-histerectomia para fêmeas e orquiectomia para machos, em conformidade com os protocolos técnicos e anestésico-cirúrgicos aplicáveis.
- 6.34. A contratada deverá fornecer cópia do prontuário clínico e cirúrgico, quando solicitado pelo responsável do animal.
- 6.35. A consulta de retorno do animal deve ser isenta de cobrança se realizada em até 15 dias.
- 6.36. A retirada de pontos de pontos ou curativos é de responsabilidade da empresa contratada.
- 6.37. O estabelecimento contratado deverá responsabilizar-se pelo fornecimento e manutenção de todos os equipamentos, materiais de expediente e insumos necessários à adequada execução dos procedimentos, sendo obrigatória a disponibilidade, em suas dependências, de monitor multiparamétrico, respirador mecânico e demais recursos técnicos indispensáveis ao suporte anestésico-cirúrgico e à segurança dos animais atendidos.
- 6.38. O protocolo anestésico deverá, obrigatoriamente, observar os quatro pilares da anestesia geral — hipnose (perda de consciência), relaxamento muscular, analgesia e proteção neurovegetativa — em conformidade com as recomendações técnicas e os princípios da boa prática médico-veterinária.
- 6.39. Vale ressaltar que todo esse procedimento deve ser realizado e supervisionado por anesthesiologista veterinário que escolherá seu protocolo anestésico com base nos quatro pilares já mencionados.
- 6.40. Deverão ser executadas as técnicas de antissepsia do animal, cirurgião e equipe, bem como higienização do ambiente e esterilização de materiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.41. Os participantes do ato cirúrgico deverão ser paramentados, fazendo o uso de gorro, máscara, pijama, sapatilha descartável em TNT e avental cirúrgico.

6.42. A CONTRATADA deverá fornecer, para todos os animais submetidos à cirurgia, os medicamentos necessários ao adequado tratamento pós-operatório, incluindo analgésicos, antibióticos e anti-inflamatórios, conforme prescrição do médico-veterinário responsável.

6.43. Todos esses medicamentos devem possuir registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

6.44. Compete à CONTRATADA a responsabilidade pela destinação adequada do cadáver do animal em casos de óbito ocorridos durante a realização de procedimentos clínicos ou cirúrgicos, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente. Contudo, caso o CONTRATANTE manifeste interesse em providenciar destinação diversa, poderá requerer a liberação do corpo junto à CONTRATADA, a qual deverá efetivá-la mediante formalização de termo de responsabilidade devidamente assinado.

6.45. O armazenamento, o manejo e a destinação final dos resíduos biológicos deverão ser realizados de forma adequada, em conformidade com as normas de biossegurança e com a legislação sanitária vigente, observando-se as diretrizes estabelecidas pela ANVISA e demais órgãos fiscalizadores competentes.

Da estrutura física e dos equipamentos necessários:

6.46. A contratada deverá dispor de estrutura física própria, adequada e compatível com a execução dos serviços veterinários objeto da contratação, observando rigorosamente as normas sanitárias, ambientais e de biossegurança vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e demais legislações correlatas.

6.47. O estabelecimento deverá possuir, no mínimo, ambiente destinado ao atendimento clínico, devidamente equipado para consultas, avaliações e procedimentos ambulatoriais, com condições adequadas de higiene, ventilação, iluminação e assepsia. Deverá ainda contar com área específica para realização de procedimentos cirúrgicos, quando aplicável, atendendo aos requisitos técnicos de esterilização, controle de infecção e segurança do paciente.

6.48. As instalações destinadas à realização dos exames deverão possuir ambientes distintos e apropriados, assegurando condições adequadas de higiene, conforto, acessibilidade e privacidade, incluindo, no que couber:

- a) Recepção e área de espera compatível com a demanda;
- b) Salas de atendimento individualizadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- c) Ambiente apropriado para coleta de material biológico, quando aplicável;
- d) Sanitários em condições adequadas de uso;
- e) Acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos da legislação vigente.

6.49. Será exigida a disponibilização de equipamentos essenciais à adequada prestação dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: mesa de atendimento veterinário, instrumental cirúrgico básico, equipamentos de contenção animal, balança para pesagem, termômetro clínico, estetoscópio, materiais para curativos, bem como equipamentos para esterilização, tais como autoclave ou sistema equivalente devidamente regularizado.

6.50. A contratada deverá assegurar a adequada gestão e descarte de resíduos de serviços de saúde (RSS), em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente, incluindo a segregação, acondicionamento, armazenamento e destinação final ambientalmente adequada.

6.51. Deverá, ainda, garantir a disponibilidade de insumos, medicamentos e materiais necessários à execução dos atendimentos, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, validade e regularidade dos produtos utilizados.

6.52. A estrutura física e os equipamentos deverão estar em pleno funcionamento durante toda a vigência contratual, sendo de inteira responsabilidade da contratada a manutenção preventiva e corretiva, bem como a substituição imediata em caso de falhas, de modo a não comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

6.53. A CONTRATADA deverá dispor de espaço físico próprio, adequado e devidamente estruturado para a guarda temporária dos animais sob sua responsabilidade, especialmente nos períodos pré e pós-procedimentos, observando rigorosamente as normas sanitárias, de biossegurança e de bem-estar animal vigentes.

6.54. O local destinado à guarda deverá ser organizado em áreas específicas, compatíveis com a espécie, porte e condição clínica dos animais, devendo possuir baias, canis, gatis ou recintos apropriados, construídos com materiais resistentes, laváveis e de fácil higienização, garantindo segurança, conforto e prevenção de fugas.

6.55. Deverá ser assegurada ventilação adequada, iluminação natural ou artificial suficiente, controle de temperatura quando necessário, bem como proteção contra intempéries, ruídos excessivos e agentes que possam causar estresse ou prejuízo à saúde dos animais.

6.56. A CONTRATADA deverá manter rigoroso controle de higiene e limpeza do ambiente, com rotinas periódicas de desinfecção, manejo adequado de resíduos e prevenção de odores, garantindo condições sanitárias satisfatórias durante toda a permanência dos animais.

6.57. Nos casos que demandarem cuidados especiais, deverá haver área destinada ao isolamento de animais com doenças infectocontagiosas ou em condição clínica que exija segregação, evitando riscos de contaminação cruzada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.58. A alimentação e a hidratação dos animais deverão ser asseguradas durante todo o período de permanência, em conformidade com as necessidades específicas de cada espécie e condição clínica, sendo vedada qualquer forma de negligência quanto a esses cuidados básicos.

6.59. A CONTRATADA será integralmente responsável pela integridade física e pelo bem-estar dos animais enquanto estiverem sob sua guarda, devendo adotar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias para evitar incidentes, doenças ou agravamento do quadro clínico.

Dos materiais a serem disponibilizados:

6.60. A contratada deverá disponibilizar, de forma contínua, suficiente e ininterrupta, todos os materiais, insumos e produtos necessários à adequada execução dos serviços veterinários, responsabilizando-se integralmente pelo fornecimento, qualidade, armazenamento e controle de validade, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e regulamentares vigentes.

6.61. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- a) Monitor multiparamétrico;
- b) Aparelho de anestesia inalatória;
- c) Suporte para oxigênio terapia;
- d) Anestésicos;
- e) Mesa cirúrgica veterinária;
- f) Kits cirúrgicos esterilizados;
- g) Fluidoterapia intravenosa de suporte;
- h) Ambiente cirúrgico fechado, restrito de tamanho compatível com o fluxo de animais a serem atendidos.

6.62. Deverão ser disponibilizados materiais de consumo clínico e ambulatorial, compreendendo, entre outros: luvas descartáveis, seringas, agulhas, gazes, ataduras, esparadrapos, soluções antissépticas, materiais para assepsia e curativos, além de itens necessários à contenção e manejo seguro dos animais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.63. Para a realização de procedimentos cirúrgicos, quando aplicáveis, a contratada deverá fornecer instrumental cirúrgico completo e esterilizado, campos cirúrgicos, fios de sutura adequados, lâminas de bisturi, compressas estéreis, bem como todos os demais materiais indispensáveis à execução dos procedimentos, observando rigorosamente os protocolos de biossegurança e controle de infecção.

6.64. A contratada deverá ainda assegurar a disponibilidade de medicamentos veterinários essenciais, tais como analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos, antiparasitários, anestésicos e demais fármacos necessários ao atendimento clínico e cirúrgico, todos devidamente registrados nos órgãos competentes e dentro do prazo de validade, sendo vedada a utilização de produtos vencidos ou em desacordo com a legislação vigente.

6.65. Os materiais destinados à esterilização, desinfecção e higienização dos ambientes e instrumentos também deverão ser fornecidos pela contratada, garantindo-se a manutenção de condições adequadas de limpeza e assepsia.

6.66. Compete ainda à contratada a correta gestão dos materiais utilizados, incluindo o controle de estoque, reposição tempestiva e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, em consonância com as normas aplicáveis aos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

6.67. A eventual falta de materiais, insumos ou medicamentos não poderá ser alegada como justificativa para a interrupção ou inadequação dos serviços, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias para assegurar a continuidade e a eficiência dos atendimentos prestados.

6.68. A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo, fiscalizar os materiais disponibilizados, exigindo a substituição imediata daqueles que não atendam aos padrões de qualidade, segurança e regularidade exigidos contratualmente.

Dos prazos e das condições para a execução dos serviços:

6.69. A execução dos serviços deverá observar, rigorosamente, os prazos máximos estabelecidos pela Administração, os quais são considerados essenciais à garantia do bem-estar animal e à eficiência do atendimento, caracterizando-se como obrigações contratuais de natureza contínua e ininterrupta.

6.70. Nos casos caracterizados como urgência e emergência, a CONTRATADA deverá proceder à retirada do animal no abrigo municipal no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, contados a partir da solicitação formal da Administração, devendo adotar todas as medidas necessárias para o pronto atendimento e estabilização do animal.

6.71. Para os casos de animais previamente estabilizados ou sem risco iminente de morte, o prazo máximo para retirada será de até 02 (duas) horas, contadas da solicitação, garantindo-se o transporte adequado e seguro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.72. A avaliação clínica inicial do animal deverá ser realizada no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a chegada do animal às dependências da CONTRATADA, devendo ser promovido diagnóstico preliminar e definição da conduta terapêutica.

6.73. A realização de exames complementares necessários ao diagnóstico deverá ocorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas, que dependam de exames especializados de maior complexidade.

6.74. Os procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos indicados deverão ser realizados no prazo máximo de até 36 (trinta e seis) horas, contadas da avaliação inicial, salvo nos casos em que a condição clínica do animal exigir estabilização prévia ou conduta diversa, devidamente fundamentada por profissional habilitado.

6.75. O acompanhamento pós-procedimento deverá ser assegurado pela CONTRATADA, incluindo retorno clínico e retirada de pontos no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, sendo tal obrigação de caráter compulsório. A critério da Administração, esses atendimentos poderão ser realizados nas dependências do abrigo municipal, desde que garantidas as condições adequadas para a execução dos serviços.

6.76. Em caso de eventuais complicações decorrentes dos procedimentos realizados, os animais deverão permanecer sob observação clínica nas dependências da CONTRATADA, pelo período que se fizer necessário à sua completa estabilização, conforme avaliação e indicação do médico veterinário responsável.

6.77. A CONTRATADA deverá assegurar monitoramento contínuo do estado clínico dos animais, adotando todas as medidas terapêuticas necessárias, incluindo administração de medicamentos, suporte clínico, realização de exames complementares e, se necessário, intervenções adicionais, sem qualquer ônus extra para a Administração Pública.

6.78. Durante o período de observação, deverão ser garantidas condições adequadas de acomodação, higiene, alimentação e bem-estar animal, em ambiente apropriado e compatível com a condição clínica do paciente, observando-se, inclusive, a necessidade de isolamento nos casos indicados.

6.79. A alta do animal somente poderá ocorrer mediante expressa avaliação técnica do profissional responsável, atestando sua estabilidade clínica e aptidão para retorno ao abrigo municipal.

6.80. Eventuais intercorrências relevantes deverão ser formalmente comunicadas à Administração, acompanhadas de relatório técnico detalhado contendo a evolução clínica, os procedimentos realizados e as condutas adotadas.

6.81. Todos os custos decorrentes do deslocamento necessário à execução dos serviços objeto da presente contratação serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo à Administração Pública qualquer ônus adicional a esse título.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.82. Incluem-se, de forma exemplificativa e não exaustiva, despesas com combustível, manutenção de veículos, pedágios, seguros, mão de obra dos condutores, equipamentos de transporte, bem como quaisquer outros custos diretos ou indiretos relacionados à retirada e devolução dos animais, transporte de insumos, materiais e profissionais.

6.83. A CONTRATADA deverá dispor de meios logísticos próprios, adequados e suficientes para atender à demanda do Município, garantindo a pontualidade, a eficiência e a segurança no transporte dos animais, em conformidade com os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual.

6.84. Fica vedada a cobrança de quaisquer valores adicionais referentes ao deslocamento, sob qualquer justificativa, sendo tais custos considerados inclusos no valor global da contratação.

Das Alterações

6.85. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) e Termo de Recebimento assinado pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 03 (três) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

8.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Liquidação

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo sistema REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO – GLOBAL.

Exigências de habilitação

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Recurso Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input checked="" type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
183	05.011.10.301.0428.2.025.3.3.90.39.00.00.	1303



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

193	05.011.10.301.0428.2.085.3.3.90.39.00.00.	1303
207	05.011.10.302.0428.2.026.3.3.90.39.00.00.	1303
222	05.018.10.122.0428.2.086.3.3.90.39.00.00.	1000
276	05.025.10.304.0428.2.029.3.3.90.39.00.00.	0494
277	05.025.10.304.0428.2.029.3.3.90.39.00.00.	1510
283	05.025.10.305.0428.2.030.3.3.90.39.00.00.	0494

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, a Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 23 de abril de 2026.

André Luiz Pereira
Secretário Municipal de Saúde